

Comissão rejeita parecer de Richa e cria novos Estados

BRASÍLIA — A criação dos Estados de Tocantins, Santa Cruz, Triângulo, Maranhão do Sul e Tapajós foi aprovada ontem, por 45 votos contra 12, pela Comissão da Organização do Estado, vencendo o parecer do Relator, Senador José Richa (PMDB-PR), que criava um grupo de trabalho para examinar propostas de redivisão territorial e admitia somente a criação do Tocantins. Por 45 votos a quatro, a Comissão conseguiu novamente modificar o texto do Relator e transformar em Estados os territórios de Roraima e Amapá.

A aprovação dessas duas emendas, que puderam ser votadas em separado pela Comissão graças a um destaque pedido pelo Deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), foi cuidadosamente articulada pelos seus defensores. Num trabalho que começou na noite de quinta-feira e terminou ontem, num almoço no restaurante da Câmara, Deputados como Chico Humberto (PDT-MG), Davi Alves da Silva (PDS-MA) e Fernando Gomes (PMDB-BA) apuraram um total de 27 votos "fechados" com suas propostas de criação de novos Estados e dispostos a trabalhar por novas adesões.

O clima na Comissão deixava claro que o assunto centralizaria as atenções durante a votação. Tendo como pano de fundo um mapa do Brasil já redividido segundo as propostas, grupos de "lobbies" contra e a favor das emendas não desprezaram sequer os últimos minutos que antecederam a abertura da sessão, distribuindo folhetos com as suas teses.

Um dos movimentos mais atuantes foi pela formação do Estado do São Francisco, que se sobrepuja parcialmente ao de Santa Cruz e foi o

único a não receber aprovação. A Assembleia Legislativa da Bahia, contrária ao desmembramento, enviou representantes à votação.

Numa longa exposição, o Senador José Richa defendeu seu substitutivo afirmando que, ao propor a instalação de uma comissão para estudar sugestões de redivisão territorial, evitou "atropelar as populações diretamente envolvidas e as Assembleias Legislativas dos Estados a serem desmembrados".

— Admito a criação do Tocantins por uma questão de coerência — disse Richa —, pois o Governador de Goiás me disse que pesquisas já mostraram que 100 por cento da população da área do novo Estado apóia a proposta.

Pela emenda aprovada, do Deputado Hilário Braun (PMDB-RS), o Estado do Tocantins será composto pelo desmembramento de cerca de 50 municípios goianos, praticamente dentro do previsto pelo Deputado Siqueira Campos (PDC-GO), Relator da Subcomissão dos Estados e um dos maiores defensores da divisão. O Estado de Santa Cruz, conforme a emenda, terá cerca de 100 municípios, hoje pertencentes à Bahia, e como alternativas para sua capital Itabuna, Ilhéus, Jequiê, Vitória da Conquista ou Itapetinga.

O Maranhão do Sul tem previstos menos de 16 municípios e deverá ter Imperatriz como capital, enquanto o Tapajós, no Pará, deverá ser, em quantidade de cidades envolvidas, o menor Estado entre os recém-criados. Contra a criação das novas unidades votaram 12 constituintes, enquanto a transformação do Amapá e de Roraima em Estados teve somente a recusa de quatro constituintes.

Egídio não inclui emendas e Poderes recusa-se a votar

BRASÍLIA — Surpresa, seguida de uma onda de reclamações. Essa foi a reação de quase todos os Constituintes que integram a Comissão da Organização dos Poderes ao tomarem conhecimento, no momento em que receberam o anteprojeto do Relator Egídio Ferreira Lima, de que ele simplesmente não fez o substitutivo ao seu relatório com as emendas acolhidas. Sem um texto nas mãos para se orientar, os membros da Comissão recusaram-se a votar.

Depois de ouvir muitos protestos, Egídio Ferreira Lima resolveu aceitar a proposta do Deputado Bocayva Cunha (PDT-RJ), para que durante a noite o Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) consolidasse o texto do relatório original e as 274 emendas aceitas total ou parcialmente. Os funcionários do Prodasen foram chamados em suas casas para trabalhar e a sessão de votação será hoje às 11 horas, se o texto estiver pronto até lá.

Para justificar sua atitude inusitada na Constituinte de não apresentar um substitutivo pronto, Egídio disse que pretendia oferecer à Comissão a oportunidade de trabalhar didaticamente, fazendo ela própria o texto desejado pela maioria.

O Relator da Subcomissão do Poder Executivo, Senador José Fogaça, um dos poucos que defendeu o procedimento de Egídio, disse que ele agiu democraticamente, e ao mesmo tempo pretendeu marcar posição diante da maioria — incluindo presidencialistas e parlamentaristas — que tem criticado seu relatório original.

Egídio Ferreira Lima adiantou algumas alterações feitas e garantiu que em relação ao sistema de Governo, mandato presidencial e atribuições do Presidente da República e do

Primeiro-Ministro, manteve praticamente intacto o seu relatório original. O texto continua propondo o Parlamentarismo alemão, com adaptações.

O Relator não acatou, porém, as emendas da maioria dos "moderados" do PMDB orientados pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que pretendiam restabelecer o anteprojeto aprovado na Subcomissão do Executivo, em que o Presidente da República divide com o Primeiro-Ministro a administração do País, e não é apenas um Chefe de Estado.

Rejeitou também uma emenda proposta pelos "moderados" e pelo PFL, e considerada fundamental pelo Governo, no sentido de que os Ministros Militares só possam sofrer moção de censura pela Câmara de forma coletiva, abrangendo todo o Ministério. Egídio manteve a moção de censura individual, plural ou coletiva.

Até a meia-noite de ontem, o Presidente da Comissão, Deputado Oscar Corrêa, deixou aberto o prazo para que todos os pedidos de destaque para votação das emendas fossem apresentados. Egídio levou à Comissão, além do seu relatório original, somente uma listagem das emendas apreciadas, sem texto, com o seu parecer.

Durante todo o dia, continuaram as negociações entre os grupos ideológicos. O setor "progressista" tentou assegurar avanços em vários capítulos. O Deputado Miro Teixeira, por exemplo, procurou outros Constituintes ligados ao Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, para manter no capítulo do Judiciário a inclusão da Justiça Agrária e a oficialização dos cartórios. Se tivesse sucesso, o grupo prometia não obstruir a votação.

Sem espaço, Ordem Social adia para votação do substitutivo do relator

BRASÍLIA — A Comissão da Ordem Social, reunida praticamente durante todo o dia de ontem, tomou apenas uma decisão: adiar a votação do substitutivo do Relator, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), para hoje, a partir das 9h. Outra decisão de seu Presidente, Deputado Edme Tavares (PFL-PB), foi a de transferir a reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, com capacidade para cerca de 150 pessoas, para o auditório Petrólio Portela, com capacidade para mais de 300 pessoas.

Na hora prevista para a votação do substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Social, o Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneghelli, chegou acompanhado de diversos dirigentes sindicais. Além desses, estavam representantes da associação das empregadas domésticas. A sala da Comissão ficou pequena até para os seus membros.

No entanto, antes dessa decisão, a Comissão levou mais de uma hora discutindo se deveria votar a proposta do Senador Almir Gabriel. Os "progressistas" queriam garantir a aprovação do substitutivo, enquanto os "moderados" defendiam o adiamento da sessão, para encontrar tempo para garantir as alterações que pretendem apresentar.

Para isso, o Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) apresentou um pedido de destaque para todos os artigos do substitutivo de Almir Gabriel. Na prática, a aprovação deste destaque acaba por derrubar todo o texto do Relator. Caso essa estratégia fosse derrotada, eles iriam concentrar forças para alterar, no mínimo,



O Senador Almir Gabriel lê seu relatório, que não chegou a ser votado

40 artigos de um total de 110.

Os principais pontos que os moderados pretendem modificar no substitutivo são: a estabilidade no emprego, jornada de trabalho de 40 horas semanais e a possibilidade de criação de comissões sindicais por locais de trabalho.

Para garantir essas alterações, o Líder do PFL, Deputado José Lourenço, tentou retirar da Comissão a Deputada Raquel Cândido (PFL-RO), que estava substituindo o Deputado Alceni Guerra (PFL-PR). Raquel estava disposta a votar com os "progressistas" e desafiou o Líder pefelista a substituí-la por escrito. Ele aceitou e saiu, mas não voltou a tempo, pois a reunião logo foi suspensa.

Diante desses fatos, os "progressis-

tas" resolveram que deveriam votar em bloco, aprovando o substitutivo do Senador Almir Gabriel e garantindo os pontos que eles consideram um avanço para os trabalhadores. Nesse sentido, eles pretendem retirar todos os destaques que apresentaram, sempre defendendo as propostas do Relator.

A única alteração que eles pretendem garantir é a definição do tempo de serviço para que o trabalhador possa ser aposentado, que não foi previsto pelo Relator. Os "progressistas" querem garantir a aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e 25 para a mulher.

Num clima de apreensão, os "lobistas" queriam falar com deputados e senadores sobre qual a proposta que seria apresentada pelo Relator

Substitutivo de Prisco recebe 451 pedidos de destaque e atrasa votação

BRASÍLIA — A Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições começou apenas às 16h20min — o horário previsto inicialmente era às 9h30min — a votar o substitutivo do relator Prisco Vianna (PMDB-BA), que recebeu 451 pedidos de destaque em três horas. O atraso, contudo, não foi suficiente para fazer com que o Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) conseguisse fazer chegar às mãos dos constituintes a proposta de Prisco Vianna, o que só ocorreu por volta das 16 horas (enquanto isso, a Comissão trabalhou com um texto que continha algumas incorreções).

Uma das questões mais polêmicas tratadas pela Comissão, a da candidatura dupla (que permite a uma pessoa concorrer, ao mesmo tempo, a um cargo executivo e a outro legislativo), foi a primeira a ser votada. Por 40 votos contra 15, foi suprimida do parecer do relator (inclusive com o voto do Senador Jarbas Passarinho, Presidente da Comissão, apontado com um dos beneficiários da medida, pois poderia ter continuado Senador, quando perdeu a eleição para Governador do Pará).

A votação desse destaque consumiu meia hora da sessão. Com base nisso — e no fato de que, com ele, foram rejeitados outros oito destaques —, os parlamentares calculavam que a sessão duraria cerca de vinte horas.

A maioria dos destaques concentrou-se nas seguintes questões: papel das Forças Armadas; mandato-tampão para os Prefeitos; criação do Tribunal Constitucional; e atribuições das polícias civil e militar. Os recordistas na apresentação de pedidos foram os deputados petistas José Genoíno e Paulo Delgado que, juntos, apresentaram mais de cinquenta. A Deputada Lídice da Mata (PC do B-BA) e o Deputado Lysaneas Maciel



Prisco Vianna defende seu substitutivo, observado por Jarbas Passarinho

(PDT-RJ) vinham em seguida. O parecer de Prisco Vianna já havia recebido 569 emendas, a maioria não acatada, o que provocou, em parte, a quantidade de destaques.

Prisco Vianna, que havia permanecido no Congresso até às 4h30min de hoje, defendeu, no início da sessão, o seu substitutivo e começou a ler seu parecer sobre as emendas. A sessão foi suspensa às 11h30min. Nem o relator, nem os funcionários puderam almoçar: Prisco passou esse período no Prodasen, corrigindo as falhas de datilografia e as omissões contidas no texto; os funcionários tiveram que classificar os 451 pedidos de destaque.

Quando a sessão recomeçou, o Deputado José Genoíno pediu que todo o substitutivo fosse rejeitado, alegando que o relator não havia respeitado as propostas das subcomissões. Prisco Vianna se defendeu e o plenário decidiu que seria apreciado o substitutivo sem preiui-

zo das emendas. O Deputado Roberto Freire, Líder do PCB, reclamou que havia prejuízo para os parlamentares que discordavam do substitutivo, já que estava havendo dois pronunciamentos contrários e três favoráveis, sendo que um era o do próprio relator. O Senador Jarbas Passarinho argumentou que era praxe o relator explicar seu parecer. A questão foi submetida a uma votação simbólica e Prisco permaneceu fazendo as defesas de seus pontos de vista.

As negociações se concentravam, até às 18 horas, em dois pontos: o papel das Forças Armadas e a exigência de três por cento de votos em todo o País para que os partidos possam ter representação no Congresso Nacional. Os pequenos partidos — PT, PCB e PC do B — articulavam a diminuição desse índice para um por cento, mas encontravam a resistência do PFL e do Líder Mário Covas.

da Ordem Social, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA).

No entanto, nem mesmo os constituintes estavam seguros do que seria apresentado. Somente depois que a assessoria começou a distribuir cópias do substitutivo, as conversas ao pé-de-ouvido se intensificaram. A maioria do público era composta por representantes de entidades sindicais e de grupos de pressão que alcançaram influência sobre o substitutivo do Relator. O mais atuante era o Diretor do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Ulysses Riedel, que pedia aos parlamentares "progressistas" a rejeição do relatório.

Também estavam presentes cerca de 130 representantes da Federação das Associações em Defesa da Anistia (Fada), formada por militares cassados e ex-combatentes. Eles querem uma definição mais clara sobre a indenização a que terão direito por terem sido cassados.

Enquanto os parlamentares procuravam encontrar uma forma de garantir os avanços propostos por Almir Gabriel, sempre conversando com o representante do Diap, o grupo "moderado" fazia as contas para ter a certeza do número de constituintes que votariam com ele.

Percebendo que havia um interesse muito grande por parte dos "lobistas" em vencer os parlamentares, o Senador Ronan Tito (PMDB-MG) pediu que a Presidência da Comissão proibisse a conversa dos constituintes, durante a sessão, com qualquer assessor ou representante de entidades. O pedido do Senador foi acatado.

Comissão briga por um voto e suspende sessão

BRASÍLIA — A votação na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, prevista para começar às 14 horas de ontem, foi retardada em mais de seis horas, devido a uma manobra dos setores "moderados" para subtrair um voto aos "progressistas".

O episódio começou com um ofício do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, dirigido ao Presidente da Comissão, Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), solicitando a retirada de um parlamentar pefelista, pois o Partido excedia o número a que tinha direito pelo critério da proporcionalidade. O PFL havia se aproveitado do fato de o PC do B não ter indicado representantes para a Comissão e avocou a vaga para si.

A liderança do PFL decidiu não discutir e deixar de fora o Deputado Pedro Canedo (GO). O Líder José Lourenço disse que Canedo saiu porque não estava em Brasília no dia da indicação, mas o Deputado negou e disse que pretende ficar na Comissão e votar com os "progressistas".

O Deputado Hermes Zanetti afirmou que o PC do B poderia, a exemplo do que já havia ocorrido numa das Subcomissões da Ordem Econômica, indicar um parlamentar de outro partido para a sua vaga. Gadelha contestou. Mas, diante das pressões e denúncias de que estava desobedecendo o Regimento Interno, admitiu que acataria decisão do PC do B de indicar Pedro Canedo como seu representante, caso o Presidente da Constituinte autorizasse.

Imediatamente, o Deputado Aldo Arantes (GO), Vice-Líder do PC do B, foi a Ulysses Guimarães pedir sua assinatura em documento em que fazia a indicação de Pedro Canedo. O Presidente da Comissão, porém, questionou a autorização de Ulysses e disse que iria entrar em contato com Ulysses Guimarães para ratificar seu despacho confirmando a indicação de Canedo.